



Ativos totais: R\$ 549.516.394
Receita líquida: R\$ 68.545.046

Extensão de linhas em km: 606
Tensão em kV: 500
Subestações: 3

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2014.

1) A Companhia

A Catxerê Companhia privada de capital fechado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade de Cuiabá - no Estado de Mato Grosso e outra em no município de Rio Verde - no Estado de Goiás.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico - segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 49.886.135, para o período de julho de 2014 a junho 2015 e de R\$ 46.896.547, para o período julho de 2013 a junho de 2014.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2014 e 2013 são:

	2014	2013
• Liquidez geral	237,04%	218,28%
• Liquidez corrente	469,76%	360,37%
• Relação patrimônio líquido/ativo	57,84%	54,19%
• Relação passivo não circulante/Ativo	42,16%	45,81%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	13,37%	9,24%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	20,86%	19,73%
• Endividamento do patrimônio líquido	72,90%	84,52%

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. Em 2014 iniciamos o Programa Jovem Aprendiz dando uma primeira oportunidade de trabalho a futuros profissionais. As ações na área de treinamento têm sido aprimoradas a cada ano. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar entraram no seu segundo ano e foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos, para a criação de um bom ambiente de trabalho, também foi incentivada.

Em 2014 também foi iniciado o primeiro Programa de Liderança da State Grid, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas

informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

A Companhia incentiva e convida a todos a conhecerem suas ações sociais e ambientais que são apresentadas no Relatório Socioambiental do Grupo State Grid, e que está devidamente disponibilizado no site do Grupo (www.stategridbr.com).

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos, prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

A Administração

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

Ativo	2014		2013		Passivo	2014		2013	
	Nota					Nota			
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.130.438	9.069.166		Fornecedores - terceiros		520.837	894.003	
Concessionárias e permissionárias	7	6.081.953	5.450.556		Fornecedores - partes relacionadas	20	6.291	-	
Adiantamento a fornecedores		677.231	229.095		Financiamentos - terceiros	10	13.342.698	13.345.945	
Estoques		540.450	3.039		Impostos e contribuições sociais		840.903	440.668	
Impostos a recuperar	8	3.035.579	3.335.906		Taxas regulamentares	11	1.944.569	1.816.404	
Ativo financeiro indenizável	9	46.989.682	42.289.092		Dividendos propostos	14	789.398	-	
Outros créditos		60.449	369.435		Outros passivos circulantes		333.599	359.834	
		83.515.782	60.746.289				17.778.295	16.856.854	
Ativo não circulante					Passivo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	6	6.394.383	7.257.713		Financiamentos - terceiros	10	162.140.374	174.940.929	
Ativo financeiro indenizável	9	456.206.092	441.426.277		Outras provisões - compensação ambiental		2.580.656	4.534.516	
Outros ativos não circulantes		3.104.920	-		Provisão para contingências	12	3.070.722	3.070.722	
Imobilizado		180.032	-		Impostos diferidos	13	46.125.621	33.984.613	
Intangível		115.185	85.761				213.917.373	216.530.780	
		466.000.612	448.769.751		Patrimônio líquido				
Total do ativo		549.516.394	509.516.040		Capital social		316.948.233	316.948.233	
					Reserva de lucros		83.095	-	
					Reserva legal		789.398	-	
					Prejuízos acumulados		-	(40.819.827)	
							317.820.726	276.128.406	
					Total do passivo e patrimônio líquido		549.516.394	509.516.040	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	2014		2013	
	Nota			
Receita operacional líquida	15	68.545.046	63.179.575	
Custo da operação	16	(2.235.014)	(8.697.696)	
Lucro bruto		66.310.032	54.481.879	
Despesas com pessoal e administradores		(159.495)	(60.641)	
Outras (despesas)/receitas operacionais		1.677.200	(1.337.166)	
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		67.827.737	53.084.072	
Resultado financeiro	17	(10.808.951)	(15.052.486)	
Receita financeira		2.391.697	1.167.687	
Despesa financeira		(13.200.648)	(16.220.173)	
Resultado antes dos impostos		57.018.786	38.031.586	
Imposto de renda e contribuição social	18	(14.537.068)	(12.503.760)	
Lucro líquido do exercício		42.481.718	25.527.826	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	42.481.718	25.527.826
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	42.481.718	25.527.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2012	Capital social	Reserva de lucros			Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros			
Aumento de capital	3.650.000	-	-	-	3.650.000	
Lucro do exercício	-	-	-	25.527.826	25.527.826	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	316.948.233	-	-	(40.819.827)	276.128.406	
Lucro do exercício	-	-	-	42.481.718	42.481.718	
Constituição de reserva legal	-	83.095	-	(83.095)	-	
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	789.398	(789.398)	-	
Dividendos propostos	-	-	-	(789.398)	(789.398)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	316.948.233	83.095	789.398	-	317.820.726	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

Atividades operacionais:	2014	2013
Lucro do exercício antes dos impostos	57.018.786	38.031.585
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos financiamentos	12.836.887	13.740.565
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	447.537	-
Provisão para medidas compensatórias (Aumento) redução nos ativos	(1.953.859)	-
Concessionárias e permissionárias	(1.078.935)	87.004
Ativo financeiro indenizável	(19.480.405)	(19.780.853)
Estoques	(537.411)	116.632
Impostos a recuperar	300.326	(602.970)
Adiantamentos a fornecedores	(448.136)	-
Outros ativos	(1.932.604)	(1.045.580)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(373.166)	(621.617)
Tributos e contribuições sociais	1.319.769	12.818.211
Impostos pagos	(1.708.769)	(12.503.759)
Juros pagos	(12.840.134)	(13.775.344)
Taxas regulamentares	128.166	845.111
Outros passivos	(763.616)	365.795
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	30.071.283	15.369.635
Aquisição de imobilizado e- intangível	(209.455)	(85.761)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	(209.455)	(85.761)
Aumento de capital	-	3.650.000
Financiamentos pagos	(12.800.556)	(12.800.556)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento	(12.800.556)	(9.150.556)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	17.061.272	6.133.318
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.069.166	2.935.848
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	26.130.438	9.069.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

1. Informações gerais

A Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Catxerê") é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade de Cuiabá - no Estado de Mato Grosso.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia foi constituída em 08 de dezembro de 2008, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 26 de Novembro de 2008 o Consórcio constituído pelos acionistas na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica.

No dia 26 de Fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o contrato de concessão nº 11/2009 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação,

operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas nos Estados de Mato Grosso e Goiás:

(i) Linha de Transmissão em 500kV, circuito simples com extensão aproximada de 364 km, com origem na subestação Cuiabá e término na subestação Ribeirãozinho, ambas localizadas no Estado de Mato Grosso.

(ii) Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples com extensão aproximada de 242 km com origem na subestação Ribeirãozinho no estado de Mato Grosso e término na subestação Rio Verde Norte, no Estado de Goiás.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$35.448.000,00 (valor histórico) e será corrigida no mês de julho de cada exercício, com base na variação do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 27 de junho de 2013, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.559/2013, estabeleceu a RAP em aproximadamente R\$46.896.547 para o período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014.

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em aproximadamente R\$49.886.135 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e

grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).



CATXERÊ

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.732/0001-67

Exceto pelas atualizações da RAP, não houve alteração no contrato de concessão e nas práticas contábeis relacionadas a estes contratos - ICPC01 (R1) Contratos de Concessão.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 31 de março de 2015. No exercício de 2014 algumas reclassificações não materiais foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

2.1 Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.4 Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros a valor justo são mensurados em cada data de fechamento do balanço patrimonial. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros são apresentadas nas respectivas notas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá no mercado principal para o ativo ou passivo ou na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia definida pelo CPC 46, as quais:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

3.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Ativo financeiro indenizável

A Companhia reconhece um crédito a receber quando possui direito de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Dados históricos são utilizados como base para determinação do ativo financeiro indenizável, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada contrato.

3.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8 Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre serviços prestados.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9 Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR)

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) *pro rata tempore*, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

Mensalmente a provisão para a RGR é reconhecida tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), esta que é definida anualmente pela ANEEL.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Programa de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. As provisões são atualizadas mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

TFSEE

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

3.10 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.13 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.14 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Receita financeira de concessão

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

3.15 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, adiantamentos a receber e ativo financeiro indenizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de adiantamentos a receber e ativo financeiro indenizável são classificados

como ativos financeiros justo por meio de resultado.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

4.1. Pronunciamentos que entram em vigor em 2014

Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)) - Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - alterações ao CPC 39 - Essas alterações esclarecem o significado de "atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação" e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge - alterações ao CPC 38 - Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar *hedges* descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de *hedge* atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos - A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, uma vez que este aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Melhorias anuais - ciclo 2010-2012 - O IASB emitiu sete alterações a seis normas, incluindo uma alteração à IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo. A alteração à IFRS 13 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014, esclarecendo, na Base de Conclusões, que as contas a receber e contas a pagar não circulante sem taxas de juros declaradas podem ser mensuradas a valores faturados quando o efeito do desconto for insignificante. Essa alteração à IFRS 13 não tem impacto sobre a Companhia.

Melhorias anuais - ciclo 2011-2013 - O IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. Essa alteração à IFRS 1 não causa impacto sobre a Companhia, uma vez que suas demonstrações financeiras são preparadas com base em IFRS em vigência.

4.2. Pronunciamentos emitidos que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

Existem pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. A Companhia está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar esses pronunciamentos quando entrarem em vigência, se aplicáveis.

Os pronunciamentos a serem analisados são: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas, Alterações na IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado, Melhorias anuais - Ciclo 2010-2012, IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 8 - Segmentos Operacionais, IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 38 - Ativo Intangível, IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas, Melhorias Anuais - Ciclo 2011-2013, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo, IAS 40 - Propriedade para Investimento, IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes, Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias, Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, Alterações à IAS 16 e à IAS 41 - Agricultura: Plantas Frutíferas e Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas.

	2014	2013
Caixa	10.168	10.323
Bancos	630.639	748.722
Aplicações financeiras	25.489.631	8.310.121
	26.130.438	9.069.166

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

	2014	2013
Títulos e valores mobiliários	6.394.383	7.257.713
	6.394.383	7.257.713

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o BNDES (nota explicativa 10).

	2014	2013
7. Concessionárias e permissionárias		
A vencer	5.897.114	4.937.089
Vencidas até 30 dias	33.886	51.014
Vencidas até 60 dias	45.187	10.551
Vencidas ate 90 dias	22.610	35.051
Vencidas acima de 90 dias	530.693	416.851
	6.529.490	5.450.556

(-) PCLD	(447.537)	-
	6.081.953	5.450.556

Em função do giro do contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária.

Segue movimentação da PCLD no exercício de 2014:

Saldo em 1º de janeiro de 2014	-	-
Reversão	-	-
Complemento de provisão	(447.537)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(447.537)	-
8. Impostos a recuperar		
IR s/ aplicação financeira	2.133.067	2.133.067
IRPJ	686.975	679.278
CSLL	85.736	82.687
Outros	129.801	440.874
	3.035.579	3.335.906



CATXERÊ

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.732/0001-67

9. Contas a receber - ativo financeiro indenizável			
	2014	2013	
Circulante	46.989.682	42.289.092	
Não circulante	456.206.092	441.426.277	
	503.195.774	483.715.369	

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação o ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

- Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente da ANEEL ou para quem for delegada essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

10. Financiamentos			
	2014	2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ("BNDES")	13.342.698	162.140.374	13.345.945
	13.342.698	162.140.374	174.940.929

Em 31 de agosto de 2011, foi firmado um contrato de financiamento no montante global de R\$ 193.000.000 junto ao BNDES, destinado ao adiantamento a fornecedores de máquinas e equipamentos, e compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão.

Sobre este financiamento incidiram juros de 2,21% ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), sendo que quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do referido contrato de financiamento e no seu vencimento ou liquidação, e apurado mediante a incidência de TJLP sobre o saldo devedor; e o percentual de 2,21%, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor. E quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de 2,21% ao ano acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor.

Esse financiamento será pago em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 de setembro de 2012 e a última em 15 de agosto de 2028.

- Garantias**
- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
 - Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
 - Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Covenants

De acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender ao fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia atingiu os índices propostos.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

2016	12.800.556
2017	12.800.556
2018	12.800.556
2019 - 2028	123.738.706
	162.140.374

11. Taxas regulamentares			
	2014	2013	
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	1.159.557	1.348.171	
Taxa de fiscalização (TFSEE)	205.821	107.012	
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	579.191	361.221	
	1.944.569	1.816.404	

12. Provisão para contingências			
Contingências prováveis (provisionadas):			
Servidões Ambientais	870.722	870.722	
	2.200.000	2.200.000	
	3.070.722	3.070.722	

Contingências possíveis (não provisionadas):
A Companhia não possui processos com expectativa de perda possível.

13. Impostos diferidos passivos			
	2014	2013	
Efeito da adoção do ICPC 01 (R1)	46.125.621	33.948.613	
	46.125.621	33.984.613	

14. Patrimônio líquido

a) **Capital social**
Em 31 de outubro de 2013 foi realizado um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 3.650.000. A aprovação do aumento de capital ocorreu no dia 5 de novembro de 2013 através de Assembleia Geral Extraordinária.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$316.948.233 dividido em 316.948.233 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	2014 e 2013	
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%	
International Grid Holding Limited	0,01%	
	100%	

b) **Reserva legal**
A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) **Dividendos**
Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

	2014	2013	
Lucro líquido do exercício	42.481.718	25.527.826	
Absorção de prejuízo	(40.819.827)	(25.527.826)	
Base para reserva legal	1.661.891	-	
Reserva legal (5%)	(83.095)	-	
Base de cálculo para os dividendos	1.578.796	-	
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	789.398	-	

No exercício de 2013 a Companhia não distribuiu dividendos visto que o lucro absorveu prejuízos acumulados.

15. Receita operacional líquida			
	2014	2013	
Receita operacional bruta	72.297.477	66.485.952	
Receita de operação e manutenção	3.259.266	6.843.290	
Receita financeira de construção	69.038.211	59.676.657	
Outras	-	(33.995)	
Deduções da receita operacional	(3.752.431)	(3.306.377)	
PIS	(343.311)	(303.588)	
COFINS	(1.584.512)	(1.401.175)	
Quota para RGR	(1.324.850)	(1.167.627)	
P&D	(499.758)	(433.987)	
	68.545.046	63.179.575	

16. Custo da operação			
	2014	2013	
Pessoal	(1.826.068)	(320.248)	
Material	(2.850.133)	(325.594)	
Serviços de terceiros	(1.682.496)	(4.117.434)	
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica	(264.970)	(215.361)	
Custo de construção	2.543.051	(3.517.019)	
Outras	1.845.602	(202.040)	
	(2.235.014)	(8.697.696)	

17. Resultado financeiro			
	2014	2013	
Receita financeira	2.391.697	1.167.687	
Receitas de aplicações financeiras	2.320.650	1.166.010	
Outras receitas financeiras	71.047	1.677	
Despesa financeira	(13.200.648)	(16.220.173)	
Juros sobre financiamentos (nota explicativa 10)	(12.836.887)	(13.745.956)	
Outras despesas financeiras	(363.761)	(2.474.217)	
	(10.808.951)	(15.052.486)	

18. Base do imposto de renda e contribuição social (Presumido)			
	2014	2013	
Receita bruta (i)	52.817.072	46.705.099	
Base de cálculo (8%)	4.225.365	3.736.408	
Outras receitas	2.333.218	1.432.492	
Base de cálculo	6.558.584	5.168.900	
IR devido	1.615.646	1.268.225	
(+) IR diferido	12.141.008	10.602.195	
Total de IR	13.756.654	11.870.420	
	2014	2013	
Receita bruta (i)	52.817.072	5.604.612	
Base de cálculo (12%)	6.338.048	5.604.612	
Outras receitas	2.333.218	1.432.492	
Base de cálculo	8.671.266	7.037.104	
Total de CS	780.214	633.339	
	(14.537.068)	(12.503.760)	

(i) Para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social (IR/CS) de acordo com o lucro presumido, apenas a receita operacional (originária da conta de concessionárias e permissionárias) é utilizada na apuração. Na nota explicativa 14 o saldo da receita apresenta ajustes decorrentes da adoção do ICPC 01(R1), estes que não foram considerados base para o IR/CS.

19. Instrumentos financeiros
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2014 e 2013, a Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Segue instrumentos financeiros ativos e passivos classificados pelas suas categorias e comparados ao ser valor justo:

Descrição	Nota	Valor contábil		Valor justo	
		2014	2013	2014	2013
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.130.438	9.069.166	26.130.438	9.069.166
Ativo financeiro indenizável	9	503.195.774	483.715.369	503.195.774	483.715.369
Títulos e valores mobiliários	6	6.394.383	7.257.713	6.394.383	7.257.713
Adiantamento a fornecedores		677.231	229.095	677.231	229.095
Concessionárias e permissionárias	7	6.081.953	5.450.556	6.081.953	5.450.556
		542.479.779	505.721.899	542.479.779	505.721.899
Passivo					
Financiamentos	10	175.483.072	188.286.874	175.483.072	188.286.874
Fornecedores – terceiros		520.837	894.003	520.837	894.003
Fornecedores – partes relacionadas	20	6.291	-	6.291	-
		176.010.200	189.180.877	176.010.200	189.180.877

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

19.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria				
Ativos mensurados pelo valor justo				
	Nota	2014	2013	
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.130.438	9.069.166	
Ativo financeiro indenizável	9	503.195.774	483.715.369	
Títulos e valores mobiliários	6	6.394.383	7.257.713	
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Adiantamento a fornecedores		677.231	229.095	
Concessionárias e permissionárias	7	6.081.953	5.450.556	
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Financiamentos	10	175.483.072	188.286.874	
Fornecedores - terceiros		520.837	894.003	
Fornecedores - partes relacionadas	20	6.291	-	

19.2 Gestão de risco
As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) **Riscos de mercado**
A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) **Riscos de taxa de juros**
Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) **Riscos cambiais**
Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de financiamento. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) **Risco de crédito**
O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

e) **Risco de liquidez**
Os riscos de créditos relacionados ao contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

20. Partes Relacionadas
Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	2014	2013	
20.1 Passivo			
Fornecedor (i)	6.291	-	
20.2 Resultado			
Despesa aluguel (i)	(43.198)	-	

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se referem à despesas de aluguel junto a SGBH.

21. Gestão do capital
A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

22. Cobertura de seguros
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

	2014	2013	
Responsabilidade civil	154.701.539	154.701.539	
Seguro patrimonial	92.360.947	92.360.947	
Veículos	10.264	8.000	
	247.072.750	247.070.486	

RAMON SADE HADDAD
Diretor Presidente

MURILO MAGALHÃES NOGUEIRA
Diretor

ALDREA GIORGIA WERNECK
Contadora - CRC RJ-110226/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Catxerê Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ.

Examinamos as demonstrações financeiras da Catxerê Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais demonstrações contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Catxerê Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ
Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4